

História e memória no arquivo pessoal de Camillo de Jesus Lima (O arquivo, o arquivista, o arconte)

Esmeralda Guimarães Meira¹

José Rubens Mascarenhas de Almeida²

Antes de enveredar pela especificidade do arquivo em pauta como *locus* da pesquisa em que história e memória se imbricam para trazer à tona o homem histórico Camillo de Jesus Lima, alguns conceitos de arquivo e suas articulações com as diversas áreas em que ele se empresta, como objeto de estudo ou como fonte, são importantes; mas sem a preocupação de aprofundamento nessas variantes, pois o intento desse estudo é enfatizar a dinâmica que hoje é dada aos acervos literários, trazendo como referencial empírico o arquivo do referido escritor baiano.

Os pesquisadores de arquivo traçam um perfil conceitual ou veem os arquivos conforme os interesses e orientações a que estão ligados, seja à Arquivística, à História, à Filologia, à Crítica Literária ou Textual, dando-lhes um tratamento ora como objeto, ora como fonte de seus trabalhos. E, mesmo não sendo nosso objetivo, neste momento, tratar o arquivo como objeto de estudo, a sua condição de fonte não foge às articulações de bases epistemológicas e metodológicas que o tornam elemento para uma revisão histórica das memórias que nele estão materializadas. É importante trazer o conceito de arquivo sob algumas perspectivas, para, *a posteriori*, analisar a contribuição que o arquivo de Camillo de Jesus Lima apresenta na construção do conhecimento histórico e literário de seu tempo e lugar.

Jacques Derrida traz uma contribuição ao conceito de arquivo a partir da própria palavra que o guarda. Segundo o autor, este vocábulo tem origem no termo grego *Arkhé*, designativo de “começo” e “comando”. Estes dois sentidos foram classificados por ele, respectivamente, como princípio ontológico e nomológico. O primeiro está ligado ao princípio da natureza, da história, da origem; o segundo ao da ordem, da lei, da autoridade.

O vocábulo remete, bastante bem, como temos razões de acreditar, ao *arkhé* no sentido físico, histórico ou ontológico, isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao primitivo, em suma, ao começo. Porém, ainda mais, ou antes ainda, arquivo remete ao *arkhé* no sentido nomológico, ao *arkhé* do comando.³

A construção teórica de Derrida se fundamenta no sentido que o termo arquivo carrega em si. Ele explica a aplicação dos princípios de começo e de comando, utilizando-se de outro vocábulo de sentido originário do grego, *arkheion*, lugar “de morada” dos arquivos ou onde eles “demoravam”, onde se guardava os documentos oficiais que ficavam sob a responsabilidade dos “arcontes”. Estes eram “aqueles que comandavam”. Portanto, para Derrida, todo arquivo se fundamenta nesses dois princípios: ontológico

¹ Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atualmente é professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia. Atua como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem (GPCSL). Líder do Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes (GEILC).

² Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pertence ao quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (mestrado e doutorado). É pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais - PUCSP) e líder do Grupo de Estudos de Ideologia e Lutas de Classe/UESB/CNPQ.

³DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001, p. 12.

e topo-nomológico.

Já na visão de uma das pesquisadoras brasileiras mais citadas na área da arquivística, Heloísa Bellotto, arquivos são definidos como

Conjuntos orgânicos de documentos produzidos / recebidos / acumulados por um órgão público, uma organização privada ou uma pessoa, no curso de suas atividades, independentemente de seu suporte, e que, passada sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados, podem ser preservados, por seu valor informativo, para fins de pesquisa científica ou testemunho sociocultural.⁴

Nas dimensões pública e privada, os trabalhos com arquivos estão sempre voltados ao estudo do passado, com significação no presente. Se o que foi arquivado não possui mais utilidade funcional naquele momento em que se guardou, o tempo transforma essa utilidade a partir do ponto de interesse e das necessidades que se tem do conjunto ou de parte do arquivado, conforme as solicitações do presente. Seja para análises comparativas, estudo das origens, informações de fatos, reconhecimento de leis, tudo isso assegura a importância dos arquivos.

Os primeiros arquivos não foram criados para se tornar públicos ou disponibilizados para pesquisas. Segundo Bellotto, a história desses espólios no mundo ocidental remonta à antiguidade oriental, com os acervos religiosos, reais, diplomáticos, tratados, normas, preceitos, e ficavam a serviço das autoridades. Somente depois da Revolução Francesa, a história dos arquivos começou a mudar, com a criação do Arquivo Nacional, em Paris, e com a abertura aos cidadãos, mas, como a prática até então, seu uso continuou sendo jurídico-administrativo⁵.

Durante todo o século XIX, surgiram vários arquivos institucionais, inclusive o Arquivo Nacional Brasileiro, em 1838, no Rio de Janeiro, e, a partir do século XX, outros foram se desenvolvendo, incluindo os particulares. Terry Cook⁶, em artigo publicado na *Revista Estudos Históricos*, aborda a forma como os arquivos institucionais e particulares – ou, como dito por ele, “o público e o pessoal, o oficial e o individual” – são vistos pela arquivística, em diferentes países, destacando que, com exceção do Canadá, que adotou o conceito de “arquivos totais”, vive-se a tensa divisão entre os primeiros e os segundos. Esboça, resumidamente, o que significa essa nova metodologia conceitual a partir da prática arquivística canadense:

Os "arquivos totais" refletem, assim, uma visão mais ampla dos arquivos, sancionada pela sociedade como um todo e reflexo dela, em vez de uma visão conformada *a priori*, ou por poderosos grupos de interesse dos usuários, ou pelo Estado. No Canadá, os arquivos pessoais são vistos como complemento e suplemento dos fundos de arquivos oficiais ou públicos. Em resumo, a tradição dos "arquivos totais" canadenses está mais voltada para os arquivos de governança⁷ que para os arquivos de governo.⁸

⁴BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Arquivística – objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002, p. 18.

⁵ *Ibidem*.

⁶ COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998.

⁷ Arquivos "de governança" incluem os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto incluem os documentos das estruturas do governo e de seus burocratas voltados para dentro. A tarefa arquivística coletiva no Canadá é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da atividade governante dos governos.

O autor afirma ainda que, em boa parte da Europa, os documentos pessoais e papéis de particulares não são recebidos pelos arquivos nacionais da mesma forma e “em bases iguais às dos documentos oficiais do governo nacional”. No entanto, tais arquivos “são adquiridos pela biblioteca nacional, pelas bibliotecas regionais, ou pelas principais universidades e até mesmo por museus e por institutos de pesquisa ou documentação temáticos ou especializados”⁹. Cook faz uma crítica às diferenças dicotômicas entre arquivos públicos e pessoais – conforme propõe a arquivística tradicional – considerando-as problemáticas e falsas, pois levam a uma divisão entre as duas tradições de arquivistas. Ele acredita que

a própria natureza dessas mudanças conceituais transforma a tarefa dos arquivistas, tanto dos arquivos institucionais quanto dos pessoais, e oferece uma perspectiva compartilhada sobre arquivos que, por sua vez, pode levar a uma nova unidade nos esforços da arquivística, centrada na formação da memória da sociedade.¹⁰

Essas mudanças conceituais dos princípios arquivísticos de que trata Cook acompanham o desenrolar da história e “refletem o espírito de seu tempo”, como é natural em qualquer área do conhecimento. Por isso, constata-se que a ciência arquivística não é “nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar”¹¹. O autor destaca ainda o papel do arquivista na contemporaneidade, que deixa de ser aquele do guardião que apenas preserva os documentos, para ser o de um sujeito investigativo, diante do que o arquivo passa a representar nesse novo tempo histórico, compreendendo “a natureza complexa de funções, estruturas, processos e contextos”¹². Negando a ideia tradicional da imparcialidade do arquivista, o teórico recomenda:

Os arquivistas deveriam aceitar, em vez de negar, sua própria historicidade, ou seja, deveriam reconhecer, ao invés de negar, sua própria participação no processo histórico. Não são historiadores, mas fazem parte do processo histórico, em vez de dele estarem distanciados. Deveriam, portanto, reintegrar o subjetivo (isto é, a mente, o processo, a função) com o objetivo (isto é, a matéria, o produto documentado, o sistema de informações) em seus constructos teóricos e em suas metodologias estratégicas.¹³

A arquivista Hebisa Bellotto, em sua análise, corrobora a opinião de Cook, na medida em que dialoga teoricamente com a proposta apresentada no Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, promovido pelo CPDOC, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), realizado em novembro 1997, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Resenhando e citando Cook, Bellotto afirma que

A noção de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científico, na crítica textual e no conhecimento objetivo perde o lugar, diz Cook, para o

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 143.

⁸ Idem, p. 142.

⁹ Idem, p. 130.

¹⁰ Idem, p. 132.

¹¹ Idem, p. 133.

¹² Idem, p. 139.

¹³ Idem, p. 142.

'contexto por trás do texto, [pois] as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. [...] Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado por aquele que fala, fotografa e escreve [...] com um propósito definido'.¹⁴

Há um avanço teórico significativo nos estudos arquivísticos apresentados pelos dois autores ao tentarem conformar o contexto do texto, a mente por trás da matéria..., mas percebe-se que essa proposição de subjetivação dos arquivos ainda se apresenta de forma dicotômica, não alcançando uma relação dialógica, pelo menos quando se posiciona uma sobre ou ao lado da outra. Essa relação entre os documentos e sua compreensão histórica, analisada sob uma perspectiva dialética, ganha maior articulação interdisciplinar, como eles mesmos o desejaram. O documento, em si, visto individualmente, sem a apresentação do contexto em que foi produzido, sem analisar as condições de preservação e permanência ou as transformações de seus significados em cada tempo e lugar, refletidas diretamente em sua recepção e análise, não abarcaria a amplitude das relações históricas; estaria também de forma lacunar o estudo histórico, sem que os documentos pudessem com eles dialogar ou representá-los. É no movimento entre eles, entre a objetivação e a subjetivação dos documentos, incluindo entre estes os de criação literária, que o arquivo se faz útil e presente.

Por tudo isso, na articulação entre arquivo, arquivista e arconte, é certo que não se pode afastar a possibilidade do arquivo como lugar de memória seletiva, escolhida a partir de parâmetros sociais, políticos ou culturais. No geral de um arquivo há memórias seletivas construídas, e, muitas vezes, forjadas, que ganham proposições as mais distintas, a depender dos objetivos de quem as manipula ou para que fins são guardadas e, posteriormente, ativadas ou não.

Na concepção de Philipp Artières, a prática íntima do arquivamento do eu tem uma função pública: arquivar a própria vida é se por no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e, nesse sentido, constitui uma prática de construção de si mesmo e de resistência¹⁵. Ressalta ainda: “A constituição pelo indivíduo de arquivos pessoais, longe de restringir e de circunscrever, é formidavelmente produtiva. Enquanto alguns poderiam crer que essa prática participa de um processo de sujeição, ela provoca na realidade um processo notável de subjetivação”¹⁶.

Os arquivos pessoais de escritores são valiosos exemplos dessa subjetivação. Há neles uma particularidade que diz respeito aos manuscritos das produções, arquivadas, por várias vezes, até chegar ao texto final ou ao que seu autor considerou pronto para publicar. Isso significa que os arquivos pessoais possuem um material rico quantitativa e qualitativamente, do ponto de vista da gênese, da intertextualidade, da historiografia e ainda da recepção crítica, uma vez que muitos escritores guardavam em seus arquivos opiniões de seus pares acerca do processo de criação.

Alguns estudiosos vêm se debruçando sobre a temática do tratamento, guarda e conservação dos arquivos pessoais de escritores, assim como sua classificação ou recebimento para fundos de arquivo. Questionam, como o fez Belloto, ao analisar dois processos apresentados por pesquisadores de arquivos sob diferentes perspectivas metodológicas. Um, com base na arquivística tradicional francesa, apresentado pela pesquisadora Ariene Ducrot; e outro, na perspectiva da arquivística canadense dos “arquivos totais”, mencionada anteriormente, apresentada pelo pesquisador Terry Cook. A interpelação a Ducrot foi a seguinte:

¹⁴ BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 203.

¹⁵ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 11.

¹⁶ Idem, p. 32.

Se pensarmos na questão dos "arquivos totais", será que vale a pena, ainda, pensarmos na estrita diferenciação das espécies e tipos documentais, característicos da velha e não da nova diplomática, pondo de lado os documentos derivados da criação artística ou literária, por não terem nascido de uma "necessidade utilitária" ou funcional?¹⁷

Tomando como base o modelo francês de organização e classificação, Ducrot destaca que há diferença entre "documentos de criação" e "documentos de gestão", sendo estes acolhidos como fundos, enquanto aqueles seriam apêndices para os arquivos organizados em bibliotecas, etc. Explica que as direções dos conselhos nacionais de arquivos, para facilitar o trabalho dos profissionais e pesquisadores, estabelecem quadros de arranjo padronizados, mas também enfatiza que esses quadros não são estabelecidos *a priori*, sendo os próprios documentos, por sua natureza, os condutores do fundo. Classifica, então, os arquivos da seguinte forma: a) Arquivos pessoais em geral; b) Arquivos de políticos; c) Arquivos de escritores; d) Arquivos de arquitetos; e) Arquivos de cientistas; f) Correspondências. No que diz respeito à especificidade dos arquivos de escritores, que é o foco da questão, a pesquisadora justifica:

Na França, a maioria desses arquivos é conservada em bibliotecas. Considera-se, na verdade, que os manuscritos sucessivos das obras são um complemento indispensável dos livros, para o estudo de sua gênese. No que concerne aos manuscritos literários, podemos ainda perguntar se, *stricto sensu*, são documentos de arquivo. Sem dúvida participam da atividade quotidiana de seus autores, mas não de uma atividade de gestão. Trata-se de criação.¹⁸

Esta justificativa trata-se, na verdade, do mote para uma segunda interpelação que, certamente, gerou novas possibilidades no trato com os arquivos pessoais durante os últimos quinze anos, buscando responder a pergunta:

Em se tratando de arquivos pessoais, se as séries são ditadas pelos tipos documentais resultantes das funções/atividades, como então não considerar os rascunhos, minutas e originais da produção literária como sendo intrínseca e visceralmente documentos – aliás, até os mais representativos – de um arquivo de escritor?¹⁹

Um exemplo típico do que afirma Bellotto no questionamento acima, no nosso entender, são as revelações do arquivo pessoal do escritor Camillo de Jesus Lima. O escritor, ao arquivar a escrita de si, arquivou a própria vida, redesenhando e imprimindo uma imagem que desejou preservar a partir de um determinado contexto. Embora isso seja patente na leitura dos documentos, sabe-se que há muito mais a ser revelado em um arquivo pessoal do que o legado escolhido pelo seu autor, aquilo que gostaria de deixar à posteridade. Nas palavras de Artières:

¹⁷ BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 206.

¹⁸ DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 165.

¹⁹ BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 207.

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida, é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.²⁰

O arquivo pessoal de Camillo de Jesus Lima, produzido pelo próprio titular, possui documentos autógrafos, datiloscritos, recortes de publicações e cartas. Dois tomos, livros do tipo de cartório – intitulados neste estudo como “O livro azul” e “O livro cinza”, por conta das cores que carregam em suas capas – são as fontes desta pesquisa. Tudo que ali está comprova uma correlação entre vida e obra. Elas se misturam, como que justificando uma a outra. A vida motiva o homem que produz a obra, que transforma o homem em uma constante e dinâmica relação entre realidade e literatura.

Camillo de Jesus Lima nasceu em Caetité, no alto sertão da Bahia. Viveu sua infância e adolescência, itinerantemente, por cidades do norte de Minas Gerais e do sudoeste baiano acompanhando o pai, Francisco Fagundes, na profissão de professor leigo. Adotou como sua a cidade de Vitória da Conquista, onde desenvolveu grande parte de sua obra literária; atuou como professor, funcionário público, colaborou com alguns periódicos e, em 1937, fundou a Ala de Letras. Como escritor, ganhou prêmios literários, entre estes o Raul de Leoni, pela Academia Carioca de Letras, em 1942. Assumiu, como oficial de justiça, um cartório de imóveis, na cidade de Macarani/Bahia, onde dividia seu tempo entre as atividades burocráticas, a literatura e estudos marxistas. Durante alguns anos residiu em Salvador, trabalhando no jornal *A Tarde*, quando intensificou suas relações com intelectuais comunistas e das letras em geral. Retornou para Macarani, onde foi preso pelo regime militar em maio de 1964, levado para averiguações em Salvador, libertado somente três meses depois de recluso no Quartel de Amaralina. Retomou, então, suas atividades de Oficial da Justiça no cartório, onde trabalhou até a sua morte, em março de 1975.

Conquanto tenha tido grande participação política e cultural na Bahia, principalmente em meados do século XX, Camillo de Jesus Lima tornou-se muito mais conhecido como poeta, por ter sua produção literária publicada em sete livros de poesias entre os anos de 1941 a 1973. Sua obra se constitui de romances, contos, críticas, crônicas, traduções, resenhas e estudos sobre a história política e social do período em que viveu.

A extensa epistografia contida no arquivo pessoal do escritor – tanto ativa como passiva – revela a rede de relações sociais, geralmente alimentada por figuras eleitas. No caso de Camillo, entre a correspondência passiva há cartas de Jorge Amado, Carlos Chiacchio e Carvalho Filho (de Salvador/Bahia), Artigas Millan Martinez (de Salto/Uruguai), Gaston Figueira (de Montevideu/Uruguai), Olegário Bastos, Afrânio Peixoto, Catullo da Paixão Cearense, D. Martins de Oliveira, Eugênio Gomes, Afrânio Coutinho (do Rio de Janeiro), entre tantos outros. Muitos desses correspondentes tinham como finalidade colaborar com os pares na alimentação dos arquivos, uns dos outros, na manutenção e preservação do ato de arquivar. Trocavam informações de publicações sobre si mesmos e sobre o outro a quem destinavam as missivas.

Também fazem parte do rol dos documentos arquivados recortes de jornais e de revistas, nos quais o escritor baiano figura em resenhas e em crítica de rodapé. Como autor de poemas, crônicas e críticas,

²⁰ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, jul. 1998, p. 31.

seu nome circulou, com frequência, nas páginas de muitos periódicos, tanto em torno de sua obra como da ativa participação que passou a ter entre os intelectuais baianos, dentro e fora do Estado, como crítico de rodapé. O acervo contém, portanto, recortes de revistas, a exemplo da *Leitura* e *Vamos ler!* (Rio de Janeiro) e *Cooperação* (Bahia) e dos jornais *A Tarde*, *O Momento* e o *Diário da Bahia* (Salvador/Bahia), o *Norte* (Uruguai), *A Gazeta* e *Diário de Bauru* (São Paulo), além dos periódicos locais em que trabalhou por longo tempo, como *O Combate*, *O Conquistense* e *Jornal de Conquista* (Vitória da Conquista/Bahia).

O espólio de Camillo de Jesus Lima – como acontecia com a maioria dos escritores do mesmo período – não se restringiu à seleção de textos compilados nos grandes livros de registro. O acervo consta de obras publicadas em livros, jornais e revistas, obras inéditas datilografadas, cadernos manuscritos, acervo fotográfico, anotações de leituras (em livros e cadernos), além da fortuna crítica e do acervo que compunha a sua antiga biblioteca. É nesse momento que entra a figura do arconte, aquele que se torna responsável pela “morada”²¹ desse material.

Os patrimônios arquivísticos pertencentes a escritores, quando não são entregues a instituições para guarda, organização e preservação, ficam com algum familiar que, mesmo não conhecendo as melhores condições de preservação, busca preservar o material como pode, no intuito de resguardar as memórias arquivadas. Afora isso, há ainda acervos em mãos de pequenos grupos, ou de pessoas a quem as famílias, por confiança, delegam o poder de guarda. Conforme aponta Jacques Derrida, o posto de guardião era concedido a alguém pela confiança que uma determinada comunidade nele depositava.

Inicialmente, uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os arcontes, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político, reconhecia-se o direito de fazer ou representar a lei. Levada em conta sua autoridade, publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam os documentos oficiais. Os arcontes foram seus primeiros guardiões.²²

Parece-nos que essa função arcôntica ainda permanece: não perdeu, de todo, a sua origem primeira, seu caráter ontológico e nomológico. A partir da conceituação de Derrida, podemos afirmar que o arquivo do escritor Camillo de Jesus Lima enquadra-se nesse estado topo-nomológico. Há mais de oito anos, o acervo está sob a responsabilidade do professor e advogado Ruy Hermann Araújo Medeiros²³, resguardado na biblioteca de seu escritório de advocacia. Ainda não está aberto ao público, como desejam seu arconte atual e a família do escritor, o que deverá acontecer com a criação do Arquivo Literário Camillo de Jesus Lima, mas já conta com a possibilidade de acesso restrito para algumas pesquisas. Antes de Medeiros, este espólio esteve sob a guarda da Casa da Cultura de Vitória da Conquista para que se organizasse uma edição das obras completas, tentativa muitas vezes frustrada, pois até o momento atual, os livros deixados inéditos pelo escritor assim permanecem²⁴.

²¹ Termo usado por Derrida (2001) e Lose (2004).

²² DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001, p. 12.

²³ Conselheiro Federal da OAB e vice-presidente da Comissão Especial da Memória, Verdade e Justiça. Também é professor do curso de direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Possui doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade/UESB, autor de vários ensaios e do livro *História local e memória: limites e validade*, publicado pela editora Librum em 2015.

²⁴ Por iniciativa das professoras Anadete Gusmão e Zélia Saldanha, do DELL/UESB, uma antologia de poemas foi editada em 1987 com poemas de várias fases do poeta e alguns inéditos em livro. Em 2015, após alguns anos de labuta junto aos órgãos públicos, saiu pela editora da Assembleia Legislativa da Bahia uma edição em dois volumes da obra poética do autor, organizada por Ruy Medeiros.

Se a gênese do arquivo teve o próprio Camillo de Jesus Lima como arquivista de si – compilando o que escrevia e o que publicava –, também pode contar com outros guardiões, que ajudaram na preservação da memória do escritor: Erathóstenes Menezes, Mozar Tanajura, Carlos Jehovah e Ruy Medeiros são os principais deles. Os dois últimos arcontes, Jehovah, representando a Casa da Cultura, e Medeiros, que, de fato, guarda o acervo, concederam-nos entrevistas para falar desse patrimônio arquivístico.

As lembranças de Carlos Jehovah²⁵ trazem um pouco da trajetória do arquivo, revela por que mãos andaram os textos “proibidos” e a forma como as pessoas se preocupavam em preservar a memória poética de Camillo de Jesus Lima:

O material de Camillo estava praticamente esquecido. A família, depois de 64, quando Camillo foi preso, guardou tudo com muito cuidado. Eles não cediam a ninguém, tinham um certo receio de serem penalizados pela polícia do exército que aqui ficou sediada por algum tempo. Dificilmente alguém tocava nos poemas de Camillo, a não ser quando de posse de algum jornal da época. Graças ao medo da época a obra de Camillo foi salva!²⁶

Jehovah, embora muito mais jovem que Camillo, desenvolveu laços de amizade com o escritor, de quem fala com emoção e respeito pela obra e pelas ações humanas, nunca separadas uma das outras. O seu empenho em formar em torno do autor de “Lição” um grupo que pudesse torná-lo conhecido vem desde os anos oitenta. Nesse período, lembra-se de que, junto com a Casa da Cultura, assumiu o compromisso de inventariar tudo que estava em mãos de alguns amigos e da família do escritor, para garantir a sobrevivência da obra camilliana:

Nós fizemos uma comissão. Vicente Cassimiro, Geraldo da Silveira, Erathóstenes e eu nos reunimos com Pedral e lá fizemos ver a importância da obra de Camillo e o cuidado que deveríamos ter com esse material que estava fadado ao desaparecimento a qualquer momento. [...] No intuito de salvaguardar a memória de Camillo, nos reuníamos às tardes de sábado no casarão de João Cairo. Mozart ficou sendo o responsável pela guarda do material e lá começamos a separar os poemas das crônicas, dos ensaios, do romance, etc.²⁷

Este foi um passo fundamental para a organização do arquivo literário de Camillo de Jesus Lima. Embora o objetivo primeiro tenha sido a organização de uma edição das obras completas, os resultados dessa distribuição e datilografamento dos textos contam como mais uma fonte e instrumento para as pesquisas no arquivo, uma vez que estes textos somam trinta volumes datilografados e encadernados, separados em poesias de diferentes fases, traduções, contos, crônicas, críticas, cartas e romances.

No que diz respeito à reprodução dos originais que ficaram sob a responsabilidade de Mozart Tanajura, Jehovah busca ressaltar dois pontos: um é a cópia fidedigna dos documentos; a outra é a importância de tornar pública a obra de um escritor do porte de Camillo. Ele próprio afirma:

²⁵ Carlos Jehovah de Brito Leite é escritor, poeta e dramaturgo. Sua primeira peça, *Os Sacanas*, foi prefaciada por Camillo de Jesus Lima, assim como o livro de poemas *Cicatriz*. Com Mozart Tanajura escreveu a peça *O Corpo do Morto*. Tem uma sólida parceria com o escritor Esechias Araújo Lima, juntos escreveram o *Auto da Gamela*, prefaciado por Rachel de Queiroz; *Águas do Meio-Dia*; *Carpinteiros do Verbo*; *Ciranda dos Ofícios* e *Romanceiro dos Urubus Urbanos*. É membro fundador da Casa da Cultura de Vitória da Conquista, instituição que hoje traz o seu nome, e nela se mantém como presidente.

²⁶ Transcrição de entrevista de Carlos Jehovah realizada em 4 de junho de 2016.

²⁷ Cf. nota anterior.

A professora Miralva, quem datilografou tudo, foi muito cuidadosa, criteriosa, transcrevia a forma da escrita dos textos que tinha como base a formação clássica do autor, advinda dos conhecimentos e ensinamentos do professor Fagundes, pai de Camillo. Tudo foi datilografado exatamente como estava nos manuscritos. Posteriormente, eu passei uma cópia desse material que foi organizado por Mozart e Miralva para Ruy Medeiros que, a partir daí, organizou os dois volumes da *Obra Poética*.²⁸

Na referida antologia, estão contemplados os sete livros de poemas editados em vida e mais um livreto, de autoria de um pseudônimo, Brás Cubas. O organizador considerou relevante publicar nesses volumes o discurso pronunciado por Camillo de Jesus Lima na Academia Carioca de Letras, na ocasião do recebimento do prêmio Raul de Leoni, em 1942, uma cronologia da vida do autor e um texto de Mozart Tanajura, que seria utilizado como apresentação às obras completas, nos anos 1980, primeira tentativa de publicação da totalidade dos escritos camillianos.

Ao ser questionado sobre o que significa o arquivo de Camillo de Jesus Lima e o percurso que os documentos fizeram até chegar às suas mãos, Medeiros faz uma retrospectiva histórica e apresenta o conjunto da obra, especialmente três livros que trazem cartas, recortes e textos datilografados, ali fixados com cola. Refere-se aos arquivos “O livro azul”, “O livro cinza” e “O livro de papelão”. Afirma também que nem todos os textos publicados pelo autor estão no acervo, indicativo de que sua produção literária é ainda maior do que aquela arquivada sob a responsabilidade de Medeiros. Primeiro, pelo fato de Camillo colaborar com muitos periódicos, inclusive fora da Bahia; segundo, pelo fato de ser um leitor voraz, reflexo da crítica literária produzida para os jornais.

Nem tudo foi recortado e ajuntado ao arquivo pelo titular. Mas uma boa notícia é que tanto o jornal *A tarde* (quase todo digitalizado) como os jornais *O Combate*, *O Conquistense* e *O Jornal de Conquista* (com os quais Camillo colaborou) possuem seus acervos praticamente completos, o que dá ao arquivo de Camillo de Jesus Lima a condição de ampliação, de ter quase que a totalidade do que foi por ele publicado.²⁹

Medeiros também acredita ser o próprio Camillo o primeiro arquivista do espólio: “Tudo indica que Camillo acumulava esse material em malas, caixas, gavetas, até o arquivamento desses recortes nos livros pautados. Ele era o próprio guardião desse arquivo”³⁰, o arquivista de si e seu primeiro arconte. Sobre a importância desse escritor, afirma:

A gente sabe que Camillo andou banido, vamos dizer assim, da literatura, por ser um autor de esquerda. Mas ele não é apenas um autor de esquerda. Ele é um grande crítico e um grande lírico também. A gente acredita que Camillo volte a ser um autor lido.³¹

²⁸ Cf. nota anterior.

²⁹ Transcrição da entrevista concedida por Ruy Medeiros em 6 de maio de 2015.

³⁰ Cf. nota anterior.

³¹ Cf. nota anterior.

Arquivo: lugar de memória e de história

O conceito de arquivo aqui apresentado o toma como lugar social de memória e de história. Não exatamente como preconizou Nora³², que trata os museus, arquivos e mesmo as comemorações como “lugares de memória” oficial, nacional, mas vendo-o também como “lugar de história”, onde esta se resguarda. E ambos estão sujeitos a interpretações e em diálogo com o tempo presente.

“O arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social”³³, afirma Ricoeur, corroborando que, embora tenha por finalidade guardar registros do passado, o arquivo não é estático; nele está contida a essência do arquivado, do arquivista e das suas relações com o mundo. Ele é dinâmico e conta com o movimento da história e das memórias para reconfigurar o passado no presente e, ao mesmo tempo, o presente no passado.

Pierre Nora defende que, entre as muitas formas de objetivação das memórias, estão os arquivos, e que estes só existem porque não há memórias espontâneas, daí a necessidade de fixá-las de alguma forma, ou seja, de materializá-las:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.³⁴

Dessa forma, parece-nos que a constituição dos lugares de memória é forjada pela história que quer neles um lugar para si, mas é também no movimento da história que a memória encontra o seu lugar. Ou seja, há um jogo da memória e da história na construção desses lugares e, segundo Nora, é preciso ter “vontade de memória”, mas que “na falta dessa intenção de memória, os lugares de memória serão lugares de história”³⁵.

Por tudo isso, os arquivos são espaços sociais e de movimentação histórica. Nenhum pesquisador busca um arquivo apenas para contemplá-lo. A primeira atitude de quem busca o arquivo é a de questioná-lo, confrontar suas informações, entender seus documentos e a validade destes no tempo histórico em que surgiram, como no momento de sua recepção.

Falar de arquivo implica falar de documento. Um estudo desenvolvido por Jacques Le Goff retrata como os documentos que registram a história da sociedade eram considerados como uma entre outras formas de monumentos, pois, conforme define, “O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”³⁶. O autor explicita ainda:

É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do

³² NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993.

³³ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas (SP): EdUnicamp, 2007, p. 177.

³⁴ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993, p.13.

³⁵ Idem, p. 22.

³⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas/SP: EdUnicamp, 1990. p. 535.

início do século XIX. O significado de "papel justificativo", especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica.³⁷

Essa condição histórica do documento, descrita por Le Goff, é traduzida, muitas vezes, como uma prova forjada dos fatos, deixando nos anais da história a versão que atende a uma determinada parcela da sociedade, sem considerar a totalidade em que tais provas estão inseridas.

O conceito de documento em uma perspectiva histórica, como apresentado a seguir por Le Goff, amplia os entendimentos etimológicos, filológicos, genéticos ou semânticos, ao observar as relações socioculturais que o circundam, da sua produção às recepções e análises posteriores:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.³⁸

Entendendo a condição do documento como monumento, conforme proposição crítica de Jacques Le Goff – ao atribuir ao monumento o poder de perpetuar, em uma sociedade, uma representação por ela mesma determinada, portanto, jamais neutra –, fica patente a necessidade de se tornar cada vez mais crítica a posição do historiador ou do pesquisador, para que a representatividade dos documentos/monumentos não se institua como forma soberana de conhecer uma sociedade e sua história. Ele diz não existir documento-verdade, daí a urgência “de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica”:

Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.³⁹

Mesmo com o triunfo do documento sobre o monumento (o que equivale a dizer que aquele é igual ao texto para a escola positivista), o termo monumento, ainda no século XIX, é usado para as grandes coleções de documentos, conforme exemplos trazidos pelo próprio historiador:

Na França, aparece a partir de 1835 a “Collection de documents inédits sur l’histoire de France”. Os “Documenti di storia italiana” são publicados pela Regia Deputazione sugli studi di storia patria per le provincie di Toscana, dell’Umbria e dele Marche desde 1867; os “Documenti per service alla storia di Sicilia”,

³⁷ Idem, p. 536.

³⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas/SP: EdUnicamp, 1990, p. 545.

³⁹ Idem. p. 548.

publicados pela Società siciliana per la storia patria, aparecem a partir de 1876.⁴⁰

Não é intenção deste texto tratar da historiografia do documento, apenas considerar sua importância no conjunto arquivístico em que memória e história se imbricam em favor do conhecimento sobre a sociedade e os homens. A necessidade de se ampliar a noção de documento é fato relativo à contemporaneidade, não mais o limitando ao texto em si, mas em sentido amplo. Seja ele escrito, ilustrado, sonoro, imagético ou expresso de qualquer outra forma, vale considerar as circunstâncias em que são produzidos, pesquisados, analisados.

O historiador Marc Bloch, citado por Le Goff, esclarece, de forma bastante contundente, a crítica que se deve ter aos documentos como algo definitivo; devendo o historiador e, em nosso caso, o pesquisador, desconfiar sempre da materialidade que se encerra em si mesma. Ele afirma:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.⁴¹

Ao pensar os arquivos na contemporaneidade – como lugar de memória e de história – verificamos que os posicionamentos de alguns estudiosos aqui elencados não apresentam disparidades, pelo contrário, eles dialogam sem perder sua essência. Mesmo quando se trata de áreas distintas, que os utilizam como fontes ou como objeto do conhecimento, como o faz a Arquivística, subsidiando as demais áreas, tal como afirma Ricoeur: “Esse gesto de separar, de reunir, de coletar é o objeto de uma disciplina distinta, a arquivística, à qual a epistemologia da operação histórica deve a descrição dos trabalhos por meio dos quais o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral”⁴².

Deve-se, portanto, à Arquivística a condição materializada da história e da memória nos arquivos; entendemos no entanto que não há imparcialidade nesse arquivamento, assim como não há no desarquivamento.

Quando se propõe um trabalho com arquivos, é relevante destacar o tratamento que se deve ter com o material físico e, principalmente, com matérias históricas, políticas e sociais destes documentos que recaem sob a responsabilidade do pesquisador ou arquivista. Reitera-se, dessa forma, a assertiva de Renato Gomes em “A sedução do arquivo”: “O acervo impõe uma posição pessoal de quem o reativa, do arquivista, que passará a “agente de formação da memória”, uma vez que o arquivo não é uma realidade pronta e acabada: ao contrário, em certa medida ele é construído pelo trabalho do sujeito, que ao cumprir nele um itinerário, deixa suas pegadas, seus vestígios.”⁴³

Em três momentos distintos, os documentos de arquivo passam por estágios de análise crítica: na produção, no arquivamento e na recepção. Em nenhum deles se pode considerar que este material seja

⁴⁰ Idem. p. 538.

⁴¹ BLOCH apud LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: EdUnicamp, 1990, p. 544.

⁴² RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: EdUnicamp, 2007, p. 178.

⁴³ GOMES, Renato Cordeiro. Acervos literários: implicações sobre a teoria e o ensino de literatura ou a sedução do arquivo. *Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 8, n. 1, Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 97.

bruto ou acabado. A esse respeito, Le Goff afirma que:

O fato histórico não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador, também se faz hoje a crítica à noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro.⁴⁴

Os trabalhos com arquivos ou acervos literários ganham sentido quando os documentos que deles fazem parte, recolhidos e preservados por seus arcontes, deixam o seu estado físico de papel ou de outro suporte que os materializem para, uma vez disponibilizados a pesquisadores, ganharem as múltiplas faces das informações neles contidas.

Podemos dizer que este momento de encontro com a cultura, com a gênese da criação, com a história, promovido pelo olhar investigativo do pesquisador, é uma expressão da memória, ou, nas palavras de Nora, “uma vontade de memória”: “O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória [...]. Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história”⁴⁵.

Tudo o que está registrado no arquivo, do risco ao tipo de papel, do bilhete ao recorte, do telegrama à cola, dos fatos à filiação ideológica de seus atores sociais, tudo isso é fonte histórica, mas também é memória materializada, objetivada. Daí preferirmos dizer que, no movimento da história, a memória também encontra o seu lugar no jogo dos lugares. Essa “vontade de memória” interage com a “vontade de história” na formação, conservação e revelação do arquivo.

O percurso pelo arquivo pessoal de Camillo de Jesus Lima se dá desconstruindo a permanência do guardado como representação oficial, nacional, imperativa, para interferir em seus registros, revendo o passado não em sua reprodução crua, mas atualizando a própria história conforme a condição social, política e cultural do momento. Isso não tira do arquivista de si o direito autoral como um intelectual de seu tempo, mas, pelo contrário, confirma esta característica preponderante em toda a sua obra e ainda dialoga com o tempo presente ao reconhecer a sua importância na formação de consciência a partir das experiências como ator social.

Os espólios dos escritores contemporâneos, que são muitos, representam grande parte da herança cultural preservada na memória dos arquivos e a inclusão de Camillo de Jesus Lima nesse rol amplia a diversidade de saberes, de testemunhos, de histórias que dialogam entre si e com o tempo presente, formando uma complexa colcha de retalhos que traz informações sobre o saber comum e, especialmente, sobre o homem histórico e sua participação intelectual em boa parte do século XX.

Conforme revelado por Alicia Duhá Lose, o arquivo – no caso especial dos espólios literários modernos – é multidisciplinar e dele pode se valer o historiador, o filólogo, o geneticista, o biógrafo. Ele diz do processo de criação, dos movimentos da feitura literária, traz dados da vida e da obra de seu autor, retrata a sociedade contemporânea do escritor e ainda revela marcas da recepção da obra⁴⁶.

Acontece que, na busca incessante pelo que se quer enxergar em um espólio, muitas vezes apagam-se indícios que gritam de dentro do arquivo, daí a necessidade de saber lidar com a investigação, procurando um equilíbrio entre a paixão e a isenção do pesquisador. Ou, poderia dizer, contaminar-se e curar-se do *mal de arquivo*, termo cunhado por Jacques Derrida (2001) em livro homônimo, quando explica a perturbação que sofrem os que se envolvem nas tramas arquivísticas:

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas: EdUnicamp, 1990, p. 10-11.

⁴⁵ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993, p.22.

⁴⁶ LOSE, Alicia Duhá. Arquivo: a morada da censura. *Revista Digital Inventário*, n. 2, Abril de 2004. PPGLL/UFBA, Salvador/Bahia 2004.

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (*en mal d'archive*). [...] É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. [...] É dirigir-se a ele com desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor de pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto⁴⁷.

E esse envolver-se nas tramas do arquivo é uma prática que abrange tanto o processo de produção do arquivo como da leitura – do arquivar-se ao revelar-se –, afinal, esse desejo ontológico se imprime como processo histórico. Mais uma vez, vale a pena recorrer a Artières, que assegura: “Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros”⁴⁸.

Referências Bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 9-34, jul 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em: 03 Jun. 2016.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Revista Estudos Históricas*, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 201-208, jul 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063>>. Acesso em: 03 Jun. 2016.
- _____. *Arquivística: objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricas*, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 129-150, jul 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>>. Acesso em: 03 Jun. 2016.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Revista Estudos Históricas*, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 151-168, jul 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059>>. Acesso em: 03 Jun. 2016.
- GOMES, Renato Cordeiro. Acervos literários: implicações sobre a teoria e o ensino de literatura ou a sedução do arquivo. *Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, v. 8, n. 1, Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 95-104.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad.: Bernardo Leitão et al. Campinas: EdUnicamp, 1990.
- LOSE, Alicia Duhá, Arquivo: a morada da censura. *Revista Digital Inventário*, n. 2, Abril de 2004. PPGL/UFBA, Salvador/Bahia 2004.
- MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo (Org.). *Obra Poética – Camillo de Jesus Lima*. v. 1 e 2. Assembleia Legislativa da Bahia, Salvador, 1915.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10, dez. 1993, p. 728.

Recebido em: 27 jun. 2016.

⁴⁷ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001, p. 118-119.

⁴⁸ ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, jul 1998, p.10.

Aceito em: 01 out. 2016.